

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

FLORIANO JOSÉ DE AZEVEDO MARTINS

**ORGANISMOS SUPRANACIONAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO**

NITERÓI, RJ

2017

FLORIANO JOSÉ DE AZEVEDO MARTINS

**ORGANISMOS SUPRANACIONAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO**

Monografia a ser apresentada como
requisito para conclusão do Curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da
UFF – Universidade Federal Fluminense.

Orientadora:

Prof^a Dr^a Zuleide Simas da Silveira

NITERÓI, RJ

2017

FLORIANO JOSÉ DE AZEVEDO MARTINS

**ORGANISMOS SUPRANACIONAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA:
UMA ANÁLISE DO PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO**

Monografia a ser apresentada como
requisito para conclusão do Curso de
Pedagogia da Faculdade de Educação da
UFF – Universidade Federal Fluminense

BANCA EXAMINADORA

Prof^a Dr^a Zuleide Simas da Silveira – UFF

Orientadora

Prof^o Dr^o Jorge Najjar

Parecerista

Aos meus pais que sempre nos orientou na direção da educação. A minha Esposa Ana Paula por todo o incentivo e paciência. Ao Amigo Jairo Martins por indicar o caminho da volta.

A Deus por ter me dado saúde para me dedicar aos estudos.

Aos Professores da FEUFF pela ótima formação, em especial a minha orientadora Professora Zuleide Simas da Silveira por me mostrar o mundo do trabalho e educação.

Às minhas colegas de turma que tão bem me acolheram, em especial a Luana Barone pelo incentivo de sempre.

À minha irmã Professora Margareth Martins Araújo que sempre se colocou a disposição para ajudar no que fosse preciso.

RESUMO

Este trabalho tem o objetivo de entender como os organismos supranacionais influenciam a educação brasileira o mesmo foi realizado através de uma metodologia pesquisa qualitativa e bibliográfica, o que nos proporcionou um breve entendimento sobre o tema. Buscamos em uma primeira aproximação com o tema, entender o funcionamento dos organismos supranacionais e a forma como eles atuam na condução das políticas educacionais que por eles são sugeridas para a educação e formação de mão de obra para atender as necessidades da divisão internacional do trabalho e falamos sobre os seguintes organismos Supranacionais: UNESCO, OCDE e BANCO MUNDIAL. Cada um destes organismos supranacionais produz um tipo de influência que vai agir de acordo com a área de atuação do mesmo, sendo assim a UNESCO vai gerar influências nas áreas culturais, propondo anos temáticos e desenvolvimento de trabalhos que visem à preservação do ambiente. A OCDE vai atuar na área econômica e realiza o PISA e o BANCO MUNDIAL vai atuar na área de financiamento de projetos educacionais.

Palavras Chaves: Organismos, Supranacionais, Educação, Influência.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	18
2.1	Relação entre capitalismo, trabalho e EDUCAÇÃO.	18
2.2	O capitalismo em sua fase neoliberal.	24
2.3	A educação em tempos neoliberais	27
3	A RELAÇÃO ENTRE ORGANISMOS SUPRANACIONAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA	34
3.1	UNESCO: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.	34
3.2	BANCO MUNDIAL	37
3.3	OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO.....	41
4	A REDE DO PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO (REDE-PEA)	45
4.1	A REDE-PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS À UNESCO (REDE-PEA): ORIGEM E FINALIDADES DE UM MOVIMENTO DE PRODUÇÃO DO CONSENSO	45
4.2	A REDE-PEA NO BRASIL	47
5	CONCLUSÃO	59
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	61

1 INTRODUÇÃO

Oriundo de uma família composta por pai, mãe, avó e seis irmãos, posso agora mensurar o esforço feito pelos meus pais e avó para manter seis crianças estudando, duas meninas e quatro meninos todos nascidos entre as décadas de 1950 e 1970. Desde muito cedo, eu via a necessidade de trabalhar para poder pelo menos aliviar o peso que era manter uma família daquele tamanho, sendo o meu pai um torneiro mecânico, funcionário civil do exército, minha mãe dona de casa e minha avó pensionista. Assim tive meu primeiro emprego aos 10 anos. Lembro que levava na minha pasta junto com os livros uma marmita com o meu almoço, estudava das 7h às 10h30 e depois ia trabalhar em uma fábrica de lentes para óculos, operando uma máquina que fazia o desbaste do vidro que depois se tornaria uma lente. Mesmo com todas as dificuldades todos nós tivemos a oportunidade de estudar, sempre em escolas da rede pública. Entre nós, filhos, as trajetórias educacionais foram bastante diferentes. Das meninas, a Margareth se formou professora na década de 1970, pela Escola Carmela Dutra, graduou-se em pedagogia na UERJ, fez Mestrado na UFF, Doutorado na Unicamp e hoje é professora da UFF e a mais nova formou-se em técnica em desenho industrial pela Escola Técnica Barão de Mauá e graduou-se em pedagogia pela UERJ. E eu para completar os três mais velhos, me formei no 2º grau em Técnico em Comércio. Os três meninos mais novos estudaram em algum momento na rede pública do município de Nova Iguaçu e isso teve uma influência nefasta em suas trajetórias. Destes só o mais novo concluiu o ensino médio. Os outros dois fazem parte dos excluídos do sistema educacional. Excluídos que foram por terem dado o azar de na década de 1970 terem que estudar na rede municipal de Nova Iguaçu como já falei. Lembro-me de levá-los a escola e de não sair da minha cabeça até hoje como eram precárias as condições físicas daquela escola suja e muito bagunçada se comparada com as escolas em que eu estudava na rede do Município do Rio de Janeiro.

Eu tive uma trajetória mediana sempre tirando as notas suficientes para passar. Nunca me destaquei como bom aluno, mas também enquanto estive

na escola não sofri nenhuma reprovação e nesse período sempre trabalhando. Aos 14 anos tive meu primeiro emprego com carteira assinada. Trabalhava como boy em um laboratório de análises clínicas e estudava fazendo o antigo ginásio no turno das 15h às 19h. No 2º grau fui estudar no turno da noite para continuar a minha vida de trabalhador em período integral. Passei 01 ano no exército e sai de lá com promoção para Terceiro Sargento mas aquela não era uma profissão que queria seguir. Terminei o 2º grau e tentei vestibular a primeira vez para o curso de farmácia na UFRJ e não passei, pois esse curso era bem concorrido. Fiz então um vestibular isolado e passei para ciências biológicas na Souza Marques, uma faculdade da rede privada, Estudei lá até o terceiro período e aos 22 anos casei com uma colega de turma. Logo em seguida nasceu Tiago, o meu primeiro filho. Era o ano de 1983, abandonei a carreira acadêmica pois não tinha como seguir adiante, era necessário trabalhar mais para agora manter a minha família.

Por conta do exposto, até aqui passei 30 anos longe da vida acadêmica e em 2012, por influência da minha esposa Ana Paula, comecei a frequentar escolas de samba e sempre via muitas crianças no entorno das mesmas, tomando conta dos carros e ficando até tarde na rua sem ter o que fazer. Propus então ao diretor de bateria de uma dessas escolas, fazer aulas de percussão com aquelas crianças, o que foi prontamente aceito. Deparei-me então com um sério problema: como lidar com aquelas crianças que no meu modo de ver eram extremamente “bagunceiras”? Cheguei a conclusão que precisava de ajuda e fui então falar com a Margareth, minha irmã mais velha, que me convidou para fazer um curso de extensão na UFF, o PIPAS. Levei comigo um amigo chamado Jairo, frequentamos a UFF durante um ano, toda ultima quinta feira do mês, e quando concluímos o curso esse amigo me falou “Quer saber? Eu não vou parar mais não, vou continuar. Vamos fazer o ENEM?” Aceitei a sugestão e fiz a minha inscrição. Após todo esse tempo fora dos bancos escolares achei que a empreitada do ENEM era uma ilusão pois como seria concorrer com os jovens que estavam com os estudos no tempo “certo”? Achei que não teria a mínima chance, mas fiz dois simulados na semana da prova, fiz a prova e aguardei o resultado. Para minha surpresa fui aprovado para UFF e no curso que foi a minha primeira opção, Pedagogia.

Entrei em 2013 e me dei conta que aqueles dias de estudo na sala Paulo Freire, para onde fui por causa das crianças do samba, foram só o começo da jornada.

Lá fui eu, um cara com 53 anos, estudar Pedagogia, um curso majoritariamente feminino e com garotas entre 19 e 20 anos. Pensei, serei excluído rapidamente, ocorrendo então a segunda surpresa: fui acolhido por todos e até hoje não tive um momento sequer em que me senti fora da turma.

Nos primeiros períodos do curso, estudamos várias disciplinas: Filosofia da Educação, Sociologia da Educação, Economia Política e Educação, História da Educação, Organização da Educação no Brasil, entre outras, que são fundamentais para formação da nossa visão de mundo. Até então eu tinha a visão conformada, ou seja, aquela que é produzida pela ideologia das classes dominantes, aquela que diz “o sol tá aí para todo mundo” basta você ir lá e pegar o seu lugar, só depende de você, a famosa meritocracia que não leva em conta as condições de partida de cada um e nem a educação que cada um tem acesso.

Nesse momento do curso me incomodava a seguinte questão: sabemos as causas e as possíveis soluções e não encontramos uma solução para esse problema da educação? Como era tratada a educação? Desde sempre, sofrendo influências, reformas e formulações de políticas que não levam a lugar algum, me incomodava ver esse jogo de mudar para manter tudo como esta.

Ao ter contato com as disciplinas relacionadas a economia, a política, a história e, principalmente, as relacionadas aos campos Trabalho e Educação, comecei a ter uma ideia dos problemas que nos levam a ter uma educação que segundo, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), no ano de 1990, colocava o Brasil entre os nove países com maior taxa de analfabetismo.

Apreendemos que, a educação escolar é um fenômeno da modernidade, tornando-se mediação para toda a ordem, ora apresenta-se

como universal, ora defende interesses particulares como os de grupos políticos no poder, da Igreja e do patronato.

Constatamos que poucas iniciativas são de interesse da classe trabalhadora, ocupando a educação brasileira as últimas posições dos “rankings” em nível mundial que são divulgados pelos organismos supranacionais, bem como as pesquisas em nível nacional que apontam para um contingente enorme de analfabetos e analfabetos funcionais. Segundo dados do Anuário Brasileiro de Educação (2017), 430 mil crianças e adolescentes com idade entre 06 e 14 anos estão fora do Ensino Fundamental e menos da metade das escolas que ofertam o ensino fundamental da rede pública possuem biblioteca ou sala de leitura, e nem 10% das instituições possuem laboratório de Ciências. No ensino médio, 40% dos jovens, isto é, um milhão e setecentos mil na faixa etária de 15 a 17 anos não estão matriculados no Ensino Médio.

Os índices revelam não apenas os problemas educacionais, mas também condições de vida nada dignas da maioria da população brasileira. Assim, um problema implica em outros, formando-se aí um ciclo vicioso que parece interminável no atual contexto de crise em todas as dimensões da sociedade.

Organismos supranacionais, a exemplo do Banco Mundial (BM), da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) há anos vêm, individualmente ou em conjunto, promovendo conferências, seminários e tratados em torno de temas da educação infantil, educação básica, educação superior e educação profissional de níveis básico, médio e superior, levantando bandeiras que são de interesse geral. Entretanto, estudos como os de Leher (1999), Pereira (1995) e Silveira (2011; 2012; 2016) apontam que, apesar de apresentarem-se com face humanitária, os organismos supranacionais acabam por atender interesses particulares, contribuindo, assim, para a manutenção da estrutura capitalista e das desigualdades sociais.

Buscando contribuir para o debate, esta monografia se debruça sobre a relação entre organismos supranacionais e educação básica brasileira, tendo por mediação principal o Programa de Escolas Associadas da UNESCO, que conta com apoio do Estado brasileiro para fazer valer os interesses do imperialismo, isto é, manter a dependência não só econômica, mas sobretudo a dependência educacional, cultural e científico-tecnológica.

Nosso ponto de partida é o Programa de Escolas Associadas da UNESCO, entretanto recuamos no tempo até o início da implantação das políticas neoliberais no Brasil, em 1990, mas também porque este é o ano no qual foi realizada, pela UNESCO, a Conferência Mundial sobre Educação para Todos, em Jomtien, na Tailândia. Nesta Conferência, ministros de educação se comprometeram a elevar o índice de matrícula nas escolas da educação básica, particularmente o Brasil que integrava o Grupo E9. Ao fazer esta retrospectiva histórica, entendemos que é possível capturar a gênese, o desenvolvimento e a manifestação do PEA nas escolas da educação brasileira, em geral, e nas escolas do estado Rio de Janeiro, em particular.

O ano de 1990 é escolhido também por ser primeiro ano do governo Fernando Collor de Mello (1990 a 1992) que traz com ele o Neoliberalismo, que será depois aprofundado nos Governos de Itamar Franco (1992 a 1995), Fernando Henrique Cardoso, (1995 a 2003), Luiz Inácio Lula da Silva de (2003 a 2011), Dilma Rousseff (2011 a 2016) e no atual governo Michel Temer.

A pesquisa e a revisão bibliográfica foram feitas através de consulta a livros e textos que tratam do assunto e que foram objeto de estudo nas disciplinas Política e Educação Organização da Educação no Brasil (OEB) e Economia Política e Educação no curso de Pedagogia da Universidade Federal Fluminense, onde apreendemos como se dão as assessorias e orientações de ordem técnica, pedagógica e financeira dos organismos supranacionais à educação no Brasil.

Nelas fizemos leituras de textos que se dedicaram a esclarecer como foram defendidos os interesses do setor privado da educação, nas leis que regem a educação, quem eram os representantes deste segmento e o que trouxeram para atingir aos interesses da classe que representavam. Nas ações

que, na maioria das vezes, visavam à transferência de recursos do setor público para o setor privado, desviando assim, grandes somas de dinheiro que eram destinadas para o setor público para o setor privado, utilizamos também a entrevista.

Utilizamos como instrumento de pesquisa a entrevista semi-estruturada que, segundo Severino (2007), é uma técnica de coleta de dados e informações sobre um determinado assunto, realizada diretamente com os sujeitos participantes, o que marca uma interação entre pesquisador e pesquisado, que possibilita uma ampla análise sobre o universo da pesquisa.

Lançamos mão de muitos conceitos e categorias de análise, bem como de teóricos abordados, mas enfatizamos as contribuições dos clássicos Karl Marx, Friedrich Engels e Antonio Gramsci e de autores contemporâneos, Zuleide Silveira, Roberto Leher e Eneida Otto Shiroma.

Karl Marx (1818–1883) foi um filósofo e revolucionário socialista alemão. Criou as bases da doutrina comunista, onde criticou o capitalismo. Sua filosofia exerceu influência em várias áreas do conhecimento, tais como Sociologia, Política, Direito, Teologia, Filosofia, Economia, entre outras.

Karl Marx (1818-1883) nasceu em Trèves, cidade ao sul da Prússia - um dos muitos reinos em que a Alemanha estava fragmentada, no dia 5 de maio de 1818. Judeu, foi perseguido pelo governo absolutista de Frederico Guilherme III. Em 1835 concluiu o curso ginásial no Liceu Friedrich Wilhelm. Ainda nesse ano e boa parte de 1836, Karl estudou Direito, História, Filosofia, Arte e Literatura na Universidade de Bonn.

No final de 1836, vai para Berlim, onde se propagam as ideias de Hegel, destacado filósofo e idealista alemão. Marx se alinha com os "hegelianos de esquerda", que procuram analisar as questões sociais, fundamentados na necessidade de transformações na burguesia da Alemanha. Entre 1838 e 1840, dedica-se a elaboração de sua tese. Doutorou-se em Filosofia em 1841, na Universidade de Jena, com a tese "A Diferença Entre a Filosofia da Natureza de Demócrito e a de Epicuro".

Por motivos políticos, Karl não é nomeado professor: as universidades não aceitam mestres que seguem as ideias de Hegel. Desiludido, dedica-se ao jornalismo. Escreve artigos para os Anais Alemães, de seu amigo Arnold Ruge, mas a censura impede sua publicação. Em outubro de 1842, muda-se para Colônia, e assume a direção do jornal Gazeta Renana, mas logo após a publicação do artigo sobre o absolutismo russo, o governo fecha o jornal.

Em julho de 1843, casa-se com Jenne, irmã de seu amigo Edgard von Westphalen. O casal muda-se para Paris, onde Marx junto com Ruge funda a revista "Anais Franco-Alemães" e publica os artigos de Fredrich Engels. Publica também "Introdução à Crítica da Filosofia do Direito de Hegel" e "Sobre a Questão Judaica". Ingressa numa sociedade secreta, mas é expulso da cidade.

Em fins de 1844, Marx começa a escrever para o "Vornaerts", em Paris. As opiniões desagradam o governo de Frederico Guilherme V, imperador da Prússia, que pressiona o governo francês a expulsar os colaboradores da publicação, entre eles Marx e Engels. Em fevereiro é obrigado a sair da França e vai para a Bélgica.

Dedica-se a escrever teses sobre o socialismo e mantém contato com o movimento operário europeu. Funda a "Sociedade dos Trabalhadores Alemães". Junto com Engels, adquirem um semanário e se integram à "Liga dos Justos", entidade secreta de operários alemães com filiais por toda a Europa. No Segundo Congresso da Liga, são solicitados para redigir um manifesto.

No dia 21 de fevereiro de 1848, com base no trabalho de Engels, Os Princípios do Comunismo, Marx escreve o "Manifesto Comunista", onde esboça suas principais ideias com a luta de classe e o materialismo histórico. Critica o capitalismo, expõe a história do movimento operário, e termina com um apelo pela união dos operários no mundo todo. Pouco tempo depois, Karl e sua mulher são presos e expulsos da Bélgica.

Depois de vários exílios e privações, Max finalmente se instala em Londres. Apesar da crise, em 1864 funda a "Associação Internacional dos

Trabalhadores", que fica conhecida como "Primeira Internacional". Com a ajuda de Engels, publica em 1867, o primeiro volume de sua mais importante obra, "O Capital", em que sintetiza suas críticas à economia capitalista.

Karl Heinrich Marx morreu em Londres, Inglaterra, no dia 14 de março de 1883.

Antonio Gramsci foi filósofo e político italiano (23/1/1891-27/4/1937). Teórico marxista fundador do Partido Comunista Italiano (PCI). Nasce em Ales, na Sardenha e frequenta a faculdade de letras da Universidade de Turim, onde entra em contato com a ideologia marxista e ingressa no Partido Socialista.

Em 1919, abandona o curso para fazer política e funda o jornal de esquerda L'Ordine Nuovo. Ele prega a participação do proletariado na política e faz propaganda a favor da organização de conselhos de trabalhadores fabris. Em 1921, com outros militantes e intelectuais de esquerda, funda o Partido Comunista Italiano.

No ano seguinte, representa o PCI na reunião da 3ª Internacional, em Moscou. Retorna à Itália depois de ficar dois anos em Moscou e é eleito para uma vaga na Câmara dos Deputados, tornando-se em seguida líder da bancada comunista. Quando Benito Mussolini dissolve o partido, Gramsci é detido (1926) e condenado a mais de 20 anos de prisão.

Durante o tempo em que cumpre a pena, escreve seus 32 cadernos de reflexão, publicados postumamente com o título de Lettere del Carcere (Cartas do Cárcere, 1947). O conjunto da obra é considerado um dos mais importantes documentos políticos deste século. Gramsci passa os dois últimos anos de vida hospitalizado em Roma com tuberculose. Morre em 1937, no hospital, quatro dias depois de obter a liberdade.

Zuleide Simas da Silveira - Doutora em Educação/Campo Trabalho e Educação/UFF (2011) com doutoramento intercalar na Universidade de Lisboa (set/2010-mar/2011); Mestre em Educação/Campo Trabalho e Educação/UFF (2007); pós-graduada (lato sensu) em Metodologia do Ensino Superior (1982); Licenciada em Eletrônica (1985) e bacharel em Engenharia Elétrica (1981); Professora Adjunta da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-

Graduação em Educação, da Universidade Federal Fluminense; Líder do Grupo de Pesquisa Estado, Trabalho, Educação e Desenvolvimento: A contribuição do pensamento crítico latino-americano; Membro do Grupo THESE - Projetos Integrados de Pesquisas em Trabalho, História, Educação e Saúde. Atua nas áreas de conhecimento: Educação (Linha Trabalho e Educação); Políticas Públicas; Relações Internacionais e Bilaterais e Multilaterais; Classes Sociais e Grupos de Interesse; Avaliação de Sistemas, Instituições, Planos e Programas de Ensino, com temas como Integração da Educação e Blocos Político-Econômicos Regionais, Políticas Públicas de Educação e de Políticas Ciência e Tecnologia, Educação Comparada, Reforma e Contrarreforma do Ensino Médio e Técnico e da Educação Superior, tendo por base a crítica à economia política e a teoria marxista da dependência. Autora e coautora de artigos e livros. Participa de Conselho Editorial e de Comitê Científico de Revistas Acadêmico-científicas.

Roberto Leher - Reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro na linha Políticas e Instituições Educacionais. Doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (1998) desenvolve pesquisa em políticas públicas em educação. Integra Comitês Editoriais de vários periódicos, entre eles: Educação e Sociedade, Margem Esquerda, Outubro, Temporalis, Trabalho Necessário, Humanidades (Costa Rica) e Universidade e Sociedade. Professor colaborador da Escola Nacional Florestan Fernandes. Bolsista Sênior da Cátedra sobre desenvolvimento IPEA-CAPES (2011 e 2012), pesquisador do CNPq e bolsista do programa Cientistas de Nosso Estado – FAPERJ

Eneida Oto Shiroma - Possui doutorado em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e doutorado sanduíche em Industrial Relations na London School of Economics And Political Sciences (1992). Realizou pós-doutorado na Universidade de Nottingham e na Universidade de Oxford. É Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina e vice-líder do Grupo de Estudos sobre Política Educacional e Trabalho (GEPETO). Foi Coordenadora do Programa de Pós-graduação em Educação da UFSC (2006-2008); Coordenadora do Fórum Sul de

Coordenadores de Programas de Pós-graduação em Educação (2007-2008) e Editora Associada da Revista Perspectiva (2011- 2012). Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: política educacional, trabalho e educação, redes de políticas públicas.

2 AS IMPLICAÇÕES DA POLÍTICA NEOLIBERAL NO CAMPO DA EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

2.1 RELAÇÃO ENTRE CAPITALISMO, TRABALHO E EDUCAÇÃO.

O homem diferente dos animais antes de executar qualquer tarefa, primeiro a projeta mentalmente, ou seja, nós não nascemos programados para intervir na natureza de uma única forma como um pássaro o faz na construção de seu ninho. Para que possamos produzir a nossa sobrevivência temos que intervir na natureza para produzir nossos abrigos, roupas, alimentação e tudo mais que precisamos e que se faz necessário a nossa vida. A essa intervenção na natureza damos o nome de trabalho, para que as próximas gerações continuem a viver passamos para elas a forma como fazemos essa intervenção na natureza, a isso damos o nome de educação, segundo Saviani:

Nas sociedades primitivas não havia propriedade privada, todos eram donos de tudo e se produzia apenas o necessário para a subsistência nestas sociedades a relação trabalho e educação eram diretas e se davam simultaneamente e também não havia a divisão de classes, com o advento da propriedade privada surge também a divisão de classes e conseqüentemente uma educação passa a ser ministrada aos proprietários e outra aos não proprietários, posteriormente a isso já na revolução industrial começa a transferência do conhecimento humano para a máquina segundo Saviani (2007, p.1243)

Eliminando a exigência do conhecimento específico, mas impondo um patamar mínimo de qualificação geral.

Nos dias de hoje, ainda segundo Saviani (2007), no ensino fundamental a relação trabalho e educação se dão de forma implícita e indireta, já no ensino médio essa relação é explícita e direta.

Desde o surgimento do capitalismo o seu objetivo principal é a extração da mais-valia, ou seja, o lucro. Sendo assim, onde houver possibilidade de produzir condições para que, essa mais-valia seja alcançada, o capitalismo vai atuar fortemente. Para haver capitalismo é necessário a existência do Estado, pois é ele quem cria as condições necessárias para tal. O Estado, uma criação da burguesia que vai proteger a propriedade privada e que vai usar seus

aparelhos de coerção a favor do capitalismo, defende os interesses do capital, inclusive no campo da educação.

Com a emancipação da propriedade privada em relação à comunidade, o Estado adquiriu uma existência particular ao lado da sociedade civil e fora dela; mas este Estado não é outra coisa senão a forma de organização que os burgueses dão a si mesmos, por necessidade, para garantir reciprocamente sua propriedade e os seus interesses, tanto externa, quanto internamente. A independência do Estado não existe mais hoje em dia (...) Sendo o Estado, portanto a forma pela qual os indivíduos de uma classe dominante fazem valer seus interesses comuns e na qual se resume toda a sociedade civil de uma época, concluí-se que todas as instituições comuns passam pela mediação do Estado e recebem uma forma política. Daí a ilusão de que a lei repousa na vontade, e, mais ainda, em uma vontade livre, destacada da sua base concreta (MARX E ENGELS, 2002, p.73-4)

O capitalismo cria contradições, as supera e assim vai se fortalecendo, cada vez mais. Quando um modo de produção se torna obsoleto é substituído por outro que vai gerar a contradição, uma vez que o novo modo de produção já não comporta a mesma quantidade de trabalhadores que o modo a ser substituído ou muda totalmente as relações sociais, o que leva ao confronto entre as duas classes existentes, ou seja, a luta de classes que buscam seus direitos. Estas lutas têm como objetivo para os trabalhadores ter alguma melhoria nas suas condições de trabalho e, conseqüentemente, de vida e para os capitalistas aumentar a extração do lucro, ou seja, da mais-valia que sempre é aumentada quando ocorre a troca do modo de produção obsoleto pelo novo modo de produção que, como já sinalizamos, traz com ele o desenvolvimento de novos meios de produção: máquinas, métodos e novas tecnologias, que sempre levam a supremacia do capitalista em relação ao proletariado, uma vez que o novo modo de produção incorpora na máquina uma parte do fazer humano, uma parte do processo de produção que antes era executado pelo homem e, por conta disso, elimina-se postos de trabalho deixando para a grande maioria de trabalhadores funções repetitivas e condições precárias de trabalho. Numa linha de montagem de automóveis onde antes o processo de pintura era executado pelo homem, nesse setor havia um grande número de profissionais. Com o desenvolvimento de robôs que executam essa tarefa, esse número se reduz ao necessário para o acionamento e controle destes

equipamentos; na agricultura com a mecanização, uma única colheitadeira substitui o trabalho de vários homens.

Cria-se então uma divisão sócio-técnica e internacional do trabalho, onde o trabalho complexo reserva-se aos poucos que conseguem ascender no campo educacional em função das condições dadas pelo próprio Capitalismo e o trabalho simples para aqueles em que a exigência de tempo de escolaridade se torna menor, ou seja, uma educação de classe.

Segundo Bourdieu (1972) o capital social é uma rede de conhecimento que facilita o acesso a informações e é também de Bourdieu o conceito de capital cultural, ou seja, o acesso à cultura que cada classe proporciona a seus membros, conceito esse que interfere na questão educacional de cada um, uma vez que o acesso a atividades culturais se dá de forma mais intensa nas classes burguesas e de forma simples na classe trabalhadora, quando essa tem acesso a algum tipo de atividade cultural.

Segundo Manacorda (2001 apud SILVEIRA, 2007;2010), desde a dupla revolução burguesa que se coloca, explicitamente, a relação educação e formação para o trabalho: ou se levava para dentro da fábrica os métodos da aprendizagem artesanal, baseados na observação e imitação, ou se fazia chegar à escola os conhecimentos profissionais; afinal, os ideais revolucionários da burguesia liberal-democrática já haviam conquistado a universalidade, a gratuidade, a estatalidade, a laicidade e a renovação cultural que propunha superar a antiga separação entre escola e treinamento, já vinha buscando articular “literária, intelectual, física, moral e industrial”, faltando, apenas, a difícil tarefa da sistematização teórica e, em parte, da transferência para a prática dessas instâncias ideais.

Também, neste contexto, travam-se embates em torno das ideias conservadoras e progressistas, no qual Marx e Engels apresentam-se como antagonistas, incorporando, negando e superando as ideias vigentes.

Nele[s] não há nada daquelas tentações negativas, próprias do democratismo do pequeno-burguês e do anarquista, tais como se manifestam na instintiva volta à natureza de Rousseau ou na ostensiva necessidade de destruir tudo, inclusive a cultura, por exemplo de Vicenzo Russo ou de Stirner (...) O marxismo não rejeita, mas assume todas as conquistas ideais e práticas da burguesia no campo da instrução, já mencionadas: universalidade, laicidade, estatalidade, gratuidade, renovação cultural, assunção da temática trabalho, como também a compreensão dos aspectos literário, intelectual, moral, físico, industrial e cívico. O que o marxismo acrescenta de próprio, além de uma dura crítica à burguesia pela incapacidade de realizar esses seus programas, é uma assunção mais radical e conseqüente dessas premissas e uma concepção mais orgânica da união instrução-trabalho na perspectiva oweniana de uma formação total de todos os homens (MANACORDA, 2001, p.296 apud SILVEIRA, 2007; 2010)

A concepção de Marx e Engels é a de que o desenvolvimento pleno do homem, na sua totalidade, só será possível com a superação do conflito entre classes e a destruição da propriedade privada e do trabalho alienado, sendo a educação um processo em que a formação do homem social se realiza na práxis. Assim, entendem que,

Livre das pressões da propriedade privada, a grande indústria e a agricultura terão enorme desenvolvimento e colocarão à disposição da sociedade uma massa de produtos suficientes para satisfazer as necessidades de todos; isso tornará 'supérflua' e 'impossível' a divisão da sociedade em classes, nascida da divisão [sócio-técnica] do trabalho, pois, para desenvolver a indústria e a agricultura não mais serão necessários homens subordinados a um só ramo da produção, que tenham desenvolvido apenas uma de suas aptidões, mas sim homens novos, que desenvolvam suas aptidões em todos os sentidos (...). O ensino permitirá aos jovens acompanhar o sistema total de produção, colocando-os em condições de se alternarem de um ramo da produção para outro, segundo os motivos postos pelas necessidades da sociedade ou por suas inclinações. Eliminará dos jovens aquele caráter unilateral imposto a todo indivíduo pela atual divisão do trabalho. Desse modo, a sociedade organizada pelo comunismo oferecerá aos seus membros a oportunidade de aplicar, de forma omnilateral, atitudes desenvolvidas omnilateralmente (MARX; ENGELS, apud SILVEIRA, 2007; 2010)

Entretanto, a sociedade capitalista se desenvolve tendo na educação não mais que um fator e um instrumento à serviço do crescimento econômico como é de se verificar no documento Prioridades e Estratégias para a Educação, do Banco Mundial:

A educação é o maior instrumento para o desenvolvimento econômico e social. Ela é central na estratégia do Banco Mundial para ajudar os países a reduzir a pobreza e promover níveis de vida para o crescimento sustentável e investimento no povo. Essa dupla estratégia requer a promoção do uso produtivo do trabalho (o principal bem do pobre) e proporcionar serviços sociais básicos para o pobre (BANCO MUNDIAL, 1990)

Não diferente, as correntes políticas que estiveram no poder, de 1990 até aos dias de hoje, submeteram as questões educacionais do nosso país aos interesses do capital, fosse pelas orientações dos organismos supranacionais, fosse por meio do movimento empresarial organizado em torno do mote Todos pela Educação, pois que ambos os sujeitos coletivos entendem a educação como responsabilidade de todos.

Segundo Saviani (2007),

No contexto indicado, o PDE assume plenamente, inclusive na denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”, movimento lançado em 6 de setembro de 2006 no Museu do Ipiranga, em São Paulo. Apresentando-se como uma iniciativa da sociedade civil clamando a participação de todos os setores sociais, esse movimento se constituiu, de fato, como um aglomerado de grupos empresariais com representantes e patrocínio de entidades como o Grupo Pão de Açúcar, Fundação Itaú-Social, Fundação Bradesco, Instituto Gerdau, Grupo Gerdau, Fundação Roberto Marinho, Fundação EducarDPaschoal, Instituto Itaú Cultural, Faça Parte-Instituto Brasil Voluntário, Instituto Ayrton Senna, Cia. Suzano, Banco ABN-Real, Banco Santander, Instituto Ethos, entre outros. Em seu lançamento, o “Compromisso Todos pela Educação” definiu cinco metas: 1. Todas as crianças e jovens de 4 a 17 anos deverão estar na escola; 2. Toda criança de 8 anos deverá saber ler e escrever; 3. Todo aluno deverá aprender o que é apropriado para sua série; 4. Todos os alunos deverão concluir o ensino fundamental e o médio; 5. O investimento necessário na educação básica deverá estar garantido e bem gerido. (SAVIANI 2007 p.1243/44)

Como podemos constatar com a citação acima, o PDE 2007 incorpora as cinco metas do compromisso Todos pela Educação. Essas metas irão dar forma ao produto que o Todos pela Educação espera que o governo produza para que os capitalistas nacionais usem em suas fábricas ou seja trabalhadores com formação básica.

Ainda segundo Saviani (2007)

É, pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogia das competências” e “qualidade total”. Esta, assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. No entanto, de fato, sob a égide da qualidade total, o verdadeiro cliente das escolas é a empresa ou a sociedade e os alunos são produtos que os estabelecimentos de ensino fornecem a seus clientes. Para que esse produto se revista de alta qualidade, lança-se mão do “método da qualidade total” que, tendo em vista a satisfação dos clientes, engaja na tarefa todos os participantes do processo, conjugando suas ações, melhorando continuamente suas formas de organização, seus procedimentos e seus produtos. É isso, sem dúvida, que o movimento dos empresários fiadores do “Compromisso Todos pela Educação” espera do Plano de Desenvolvimento da Educação lançado pelo MEC. (SAVIANI, 2007, p.1253)

Desde a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) do Plano Nacional de Educação (PNE, 2001-2011), passando pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) até o PNE (2014-2024), as políticas educacionais, de modo geral, deixam de ser políticas de governo para se tornarem políticas de Estado. Isso quer dizer que, não importa a corrente política do governo no poder, mas sim a continuidade de ações executadas. Por conta disso, e de acordo com a divisão sócio-técnica e internacional do trabalho, temos uma educação de amplo leque de ofertas formativas, segundo o tempo de duração dos cursos e reconhecimento social da instituição escolar, que ao mesmo tempo forma para o trabalho simples e para o trabalho complexo.

Desse modo, como o existir histórico dos homens realiza-se nas circunstâncias objetivas dadas pelo mundo material e pelo mundo social, as relações sociais estabelecidas na então vigente sociedade capitalista ocorrem de tal maneira que a propriedade privada espolia o bem público; a individualidade prevalece em detrimento da coletividade; a solidariedade é sufocada em prol da competitividade; a liberdade e igualdade propalada pelos donos do capital nada tem de universal; a sociedade capitalista marcada pela meritocracia e sob os ditames do capital, em curso há aproximadamente

quinhentos anos, na busca incessante de revolucionar o modo de produção, torna cada vez mais instável as condições sociais (SILVEIRA, 2010, p. 15/16).

Da forma como vivemos hoje, em uma sociedade onde se privilegia o ter em detrimento do ser, onde poucos decidem o destino da maioria, onde há uma enorme concentração de renda, o que faz com que grande parte da população mundial viva em situação precária e onde o capital busca incessantemente a mais valia, há também uma forte produção de consenso e de persuasão, fazendo com que essa população que vive em situação precária permaneça nela sem buscar os seus direitos.

2.2 O CAPITALISMO EM SUA FASE NEOLIBERAL

O Estado capitalista tem como principais características a apropriação privada do meios e instrumentos de produção, quais sejam, a terra e a produção do conhecimento (a ciência, técnica, tecnologia e a cultura) e, por conseguinte, a divisão da sociedade em classes, a generalização da divisão sócio técnica do trabalho e, respectivo, leque variado de ofertas formativas segundo aquela divisão do trabalho.

Essa mesma divisão ocorre entre os países, acarretando, de um lado, a existência de países de capitalismo central, França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos da América do Norte; de outro, países de capitalismo dependente como Brasil, Argentina, Índia, África do Sul, Peru, Bolívia, entre outros, estabelecendo, assim, uma conexão de interdependência produtiva, marcada pela internacionalização da economia e a relação imperialismo e dependência.

Os anos 1970 e início dos 1980 é período-chave para a compreensão dos processos de internacionalização da economia, da tecnologia e da educação, pois que sobem ao poder forças políticas ultraconservadoras na Inglaterra, Estados Unidos e Alemanha – representadas, respectivamente, por Margareth Thatcher, em 1979, Ronald Reagan, em 1980, e Helmut Kohl, em 1982 (SILVEIRA, 2011, p. 133).

No plano econômico, institucionaliza-se uma política com base no ajuste fiscal e cumprimento de metas com o objetivo de pagar os juros da dívida pública. Esta política econômico-financeira passa a requerer a reforma do Estado de modo a torná-lo mínimo, isto é, o Estado Neoliberal. Reforma essa proposta no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso através do Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado encabeçada pelo então Ministro da Administração Federal e Reforma do Estado Luiz Carlos Bresser Pereira e que tinha os seguintes objetivos Globais:

- Aumentar a governança do Estado, ou seja sua capacidade administrativa de governar com efetividade e eficiência, voltado a ação dos serviços do Estado para o atendimento dos cidadãos.
- Limitar a ação do Estado à aquelas funções que lhe são próprias, reservando, em princípio os serviços não-exclusivos para a propriedade pública não-estatal, e a produção de bens e serviços para o mercado para a iniciativa privada.
- Transferir da União para os estados e municípios as ações de caráter local: só em casos de emergência cabe a ação direta da união.
- Transferir parcialmente da União para os estados as ações de caráter regional, de forma a permitir uma maior parceria entre os estados e a União.

Cabe ressaltar as propostas de publicização: “A descentralização para o setor público não-estatal da execução de serviços que não envolvem o exercício do poder de Estado, mas devem ser subsidiados pelo Estado, como é o caso de educação, saúde, cultura e pesquisa científica. Chamaremos a esse processo de “Publicização” (Bresser Pereira - Plano Diretor da Reforma do Aparelho de Estado, pag.13). Entenda-se como público não-estatal as organizações não-governamentais e organizações sociais (ONGS, OS).

No Brasil, as políticas neoliberais terão sua implantação a partir do governo Collor de Mello [de 1990 a 1992], serão aprofundadas nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso [de 1995 a 2002] e continuadas nos governos de Lula da Silva [de 2003 a 2010] e Dilma Rousseff [de 2011 a 2016]. A tônica destes governos neoliberais está nos processos de privatização das

empresas públicas, de desindustrialização, de desnacionalização dos serviços, e mercantilização dos direitos subjetivos, como a educação e a saúde, até mesmo quando sobem ao poder pelo voto popular. Voto popular este conquistado sob a promessa de promover reformas que caminham na direção de interesses universais.

Segundo Boito Jr. (1999), o governo Lula da Silva apresentou-se de modo surpreendente, pois que

Não só está mantendo os pilares do modelo capitalista neoliberal dependente, como está aprofundando alguns de aspectos desse modelo. Os membros da equipe governamental não tocaram na herança neoliberal de FHC: a abertura comercial, a desregulamentação financeira, a privatização, o ajuste fiscal e o pagamento da dívida, a redução dos direitos sociais, a desregulamentação do mercado de trabalho e a desindexação dos salários. Em relação a esse último item verifica-se uma omissão particularmente grave: o governo Lula não fez e não disse nada até aqui sobre a desindexação dos salários imposta aos trabalhadores pelo neoliberalismo. O presidente sindicalista não vai devolver aos trabalhadores uma política salarial de reposição automática das perdas provocadas pela inflação? Mas, o pior, é que o governo não está parado. Na verdade, ele tem avançado no mesmo rumo já estabelecido pelos governos Collor e FHC, pelo FMI e pelo Banco Mundial: está tocando adiante a criação da Alca, manteve a política de juros elevados, aumentou consideravelmente a meta de superávit primário, encaminhou ao Congresso Nacional uma nova reforma neoliberal da previdência e uma reforma tributária que mantém intocado o caráter regressivo do sistema tributário brasileiro, planeja aumentar a presença do capital privado nas áreas de energia e transportes, estuda maneiras de aprovar a autonomia do Banco Central e faz sondagens para verificar a viabilidade de cobrança do ensino público superior. (BOITO Jr, 2006, p.1)

Concordamos com Silveira (2010), que o

Brasil de final do século XX e inícios do XXI é um país que apresenta resquício do sistema escravocrata, ao mesmo tempo em que revela características de uma sociedade moderna industrial; é o ornitorrinco – altamente urbanizado; população e força de trabalho, no campo reduzidas, entretanto, com forte agrobusiness; setor industrial taylorista-fordista completo, avançando por meio da revolução digital-molecular que associa a microeletrônica aos processos de informação automáticas e estes a maquinaria; estrutura de serviços diversificada; sistema financeiro atrofiado e por viver a democracia há três décadas, “parece dispor de consciência [mas por] faltar-lhe, ainda produzir conhecimento, ciência e técnica: basicamente, segue copiando” (OLIVEIRA 2003 p.133-4) O resultado desse processo histórico define não só o tipo de sociedade vivida pelos brasileiros, constituída nos planos da estrutura econômico-social e superestrutura jurídico – político – ideológica na sua relação com o interno e o externo, mas também, o estágio de desenvolvimento técnicocientífico que expressa sua posição/situação na divisão internacional do trabalho e suas implicações com as demandas do trabalho – uma sociedade dividida entre o tradicional e o atrasado/subdesenvolvido e o moderno/desenvolvido, cindida em classes, fonte da expropriação do trabalho. (SILVEIRA, 2010, p.83-4)

2.3 A EDUCAÇÃO EM TEMPOS NEOLIBERAIS

No campo educacional, mais diretamente tratando-se da educação básica, o Brasil se torna um dos signatários da Conferência Mundial de Educação para Todos, promovidas pela UNESCO, no ano de 1990, que segundo o documento gerado nesta conferência a Declaração Mundial sobre Educação para Todos - Satisfação das Necessidades Básicas de Aprendizagem estabelece os seguintes objetivos:

Artigo 1 – Satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem

Artigo 2 – Expandir o enfoque

Artigo 3 – Universalizar o acesso a educação e promover a equidade

Artigo 4 – Concentrar a atenção na aprendizagem

Artigo 5 – Ampliar os meios e o raio de ação da educação

Artigo 6 – Proporcionar um ambiente adequado a aprendizagem

Artigo 7 – Fortalecer Alianças

Artigo 8 – desenvolver política contextualizada de apoio

Artigo 9 – Mobilizar recursos

Artigo 10 – Fortalecer a solidariedade internacional

Segundo Shiroma (2000)

Esse evento foi o marco a partir do qual os nove países com maior taxa de analfabetismo do mundo (Blangadesh, Brasil, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão conhecidos como E-9 foram levados a desencadear ações para a consolidação dos princípios acordados na declaração de Jomtien. Shiroma (2000 p.48)

O que é realmente este compromisso assumido pelos países que compõem o E-9? Que tipo de educação eles vão oferecer as suas populações? De acordo com o próprio subtítulo da declaração seria a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem NEBA'S de crianças, jovens e adultos, segundo Shiroma (2000)

Torres em uma primeira aproximação indica que o conceito refere-se àqueles conhecimentos teóricos e práticos, capacidades valores e atitudes indispensáveis ao sujeito para enfrentar suas necessidades básicas em sete situações 1) a sobrevivência; 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) uma vida e um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões informadas; 7) a possibilidade de continuar aprendendo." Shiroma (2000 p.49)

Estes conhecimentos se referem a educação básica que vai sofrer variações de acordo com o grupo a que se destina, em nosso país isso indica a universalização da educação fundamental.

No sistema capitalista não há espaço para todos, nem mesmo para alguns capitalistas que por conta dos processos de concentração e acumulação perdem os seus negócios e passam a integrar a massa do proletariado, sendo assim, teremos uma enorme parcela de excluídos que viverá na situação de desemprego e em condições do trabalho flexibilizado-precarizado (terceirizado, sub-contratado e informal) que formarão o exército

de reserva (Marx 1967 p.639). Este exército de reserva regulará os salários da parcela que esta empregada. Teremos aqueles que serão estimulados a se tornarem “empreendedores”, baseados na meritocracia, ao pregar que todos têm as mesmas condições e, portanto, o sucesso esta aí para todos. Para esses estará reservada uma educação unilateral, que forma exclusivamente para o trabalho manual. Teremos outros que receberão uma educação que os formará para o trabalho intelectual. Eles exercerão a ligação entre a classe trabalhadora, detentora da mão-de-obra e as elites, ou seja, os donos dos meios de produção. Estes serão os gerentes e diretores que se colocarão a serviço do capital.

Além desses vão surgir os intelectuais orgânicos da classe burguesa que defenderão os interesses da classe a que servem. Com isso divulgam e reforçam a ideologia dominante, buscam sempre manter o consenso. Os intelectuais orgânicos vão surgir também entre a classe dominada e vão defender os interesses desta, segundo Gramsci: “O intelectual orgânico é aquele que provém de sua classe social de origem e a ela mantém-se vinculado ao atuar como porta-voz da ideologia e interesse de classe.”

Segundo a Declaração dos Direitos Humanos e a Constituição Federal de 1988, educação é um direito de todos e um dever do Estado, de acordo com a declaração mundial Educação Para Todos, os Estados têm o dever de oferecer educação básica para toda a população em qualquer idade.

Como um dos resultados da convenção de Jomtien, em 1992, durante o governo Itamar Franco, iniciam-se os debates visando à elaboração do Plano Decenal de Educação para Todos (Brasil 1993^a) que em suas primeiras páginas traz a seguinte mensagem: “A partir do compromisso assumido na Conferência Mundial sobre Educação para Todos, realizada em Jomtien, na Tailândia, em 1990, cada país fez seu próprio plano decenal. Cada um deles tem suas próprias características, prioridades e grau de desenvolvimento”.

O Plano Decenal de Educação para Todos, elaborado pelo Brasil, em 1993, não é algo definitivo e acabado, que deva ser adotado pelas escolas do país inteiro, incondicionalmente, sem levar-se em consideração a realidade de cada escola. Ele indica as diretrizes da política educacional e vem sendo

aperfeiçoado e adequado nos Estados e Municípios através da elaboração de seus próprios planos.

Fundado em 2006, o Programa Todos Pela Educação (TPE) que, segundo sua própria descrição “é um movimento da sociedade brasileira que tem como missão engajar o poder público e a sociedade civil no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade”. Apartidário e plural, o TPE congrega representantes de diferentes setores da sociedade, como gestores públicos, educadores, pais, alunos, pesquisadores, profissionais de imprensa, empresários e as pessoas ou organizações sociais que são comprometidas com a garantia do direito a uma Educação de qualidade.

Cabe ressaltar que segundo Saviani (2007),

Como afirmei em entrevista ao Caderno Mais da Folha de S. Paulo, de 29 de abril de 2007, a lógica que embasa a proposta do “Compromisso Todos pela Educação” pode ser traduzida como uma espécie de “pedagogia de resultados”: o governo se equipa com instrumentos de avaliação dos produtos, forçando com isso que o processo se ajuste às exigências postas pela demanda das empresas. É pois, uma lógica de mercado que se guia, nas atuais circunstâncias, pelos mecanismos das chamadas “pedagogias da competência” e “qualidade total”. Esta assim como nas empresas, visa obter a satisfação total dos clientes e interpreta que, nas escolas, aqueles que ensinam são prestadores de serviço; os que aprendem são clientes e a educação é um produto que pode ser produzido com qualidade variável. (SAVIANI, 2007, p.1252)

Como já sabemos esses mesmos empresários tem total interesse na privatização da educação, principalmente do ensino superior.

Em 2010, o movimento adotou 5 Bandeiras, as quais entende como urgentes e com resultados mais impactantes para a melhoria da qualidade da Educação e para o alcance das Metas.

São elas:

- Bandeira 1 Melhoria da formação e carreira do professor
- Bandeira 2 Definição dos direitos de aprendizagem
- Bandeira 3 Uso pedagógico das avaliações

- Bandeira 4 Ampliação da oferta de Educação integral
- Bandeira 5 Aperfeiçoamento da governança e gestão;

Como grandes mudanças dependem do engajamento de todos, tanto por ações cotidianas quanto por valores colocadas em prática, em 2014 foram identificadas cinco atitudes que mostram como população brasileira pode ajudar crianças e jovens a aprender cada vez mais e por toda a vida. São elas:

- Atitude 1 Valorizar os professores, a aprendizagem e o conhecimento;
- Atitude 2 Promover as habilidades importantes para a vida e para a escola;
- Atitude 3 Colocar a Educação escolar no dia a dia;
- Atitude 4 Apoiar o projeto de vida e o protagonismo dos alunos;
- Atitude 5 Ampliar o repertório cultural e esportivo das crianças e dos jovens;

O TPE (Todos pela Educação) entende que, pela dimensão do desafio e da desigualdade histórica da Educação no Brasil, apenas a ação dos governos não é suficiente. A participação dos diversos segmentos da sociedade, reunidos em torno de metas comuns e alinhadas com as diretrizes das políticas públicas educacionais, é fundamental para promover o salto de qualidade de que a Educação Básica brasileira necessita.

Em fevereiro de 2014, o movimento teve seu estatuto reformado para se qualificar como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip) (TPE, 2006). E assim ter acesso a financiamento público como prevê a publicização, ou seja, o proposto por Bresser Pereira na Reforma do Estado (1995).

No TPE temos alguns participantes da iniciativa privada que merecem ser citados, apenas para que vejamos quais são os interesses que estão por trás de tais iniciativas. São eles: Jorge Gerdau Johannpeter, Viviane Senna, Milú Villela na sequencia ligados aos seguintes grupos: Gerdau, Instituto Ayrton Senna e Banco Itaú. Todas essas instituições têm interesses no Estado e também tem interesse em manter tudo como está. Certamente a educação

oferecida por estes grupos não cumprem a função de formar o cidadão crítico de que tanto ouvimos falar, de acordo com Martins (2009):

A valorização da educação escolar nos termos propostos pela “direita para o social”, além de responder aos requisitos da formação técnica mais elementar para o trabalho simples, procura também se converter numa importante referência de formação de valores e comportamentos sociais das futuras gerações de trabalhadores. De modo geral, essa tendência pode ser verificada nas proposições dos organismos internacionais que há décadas vêm orientando a formação do cidadão-trabalhador no Brasil e na América Latina. (Martins, 2009, p.22)

A influência do Todos pela Educação e de seus intelectuais orgânicos, tendo na pessoa de Priscila Cruz sua representante, é tanta que o Plano de Desenvolvimento da Educação de 2007 foi lançado tendo o seu plano de metas com o seguinte título: “Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação”, segundo Saviani (2007):

Com a ascensão do PT ao poder federal, sua tendência majoritária realizou um movimento de aproximação com o empresariado, ocorrendo certo distanciamento de sua bases originárias. Talvez isso explique, de certo modo, por que o MEC, ao formular o PDE, o tenha feito em interlocução com a referida parcela da sociedade e não com os movimentos dos educadores. No contexto indicado o PDE assume plenamente, inclusive a denominação, a agenda do “Compromisso Todos pela Educação”. (SAVIANI, 2007, p.1243)

Podemos constatar assim que a partir da implantação das políticas neoliberais no Brasil, as políticas de educação passam, de modo geral, a ter continuidade de um período de governo para outro. Deixam, assim, de ser políticas de governo passando à política de Estado, isso quer dizer que não importa a orientação política do Governo, os interesses neoliberais serão sempre atendidos.

Além disso, temos hoje como influência neoliberal, a transferência de recursos para a iniciativa privada via programas governamentais tais como: Pronatec e Fies. Nesses programas, geralmente, o custo por aluno é bem maior que, o custo por aluno na rede pública. Sabemos que essa transferência

de recursos tem como meta principal a precarização do sistema público de educação que leva a precarização das condições docentes por todas as vias inclusive através do EAD ensino a distância conforme parecer “CNE/CEB 15/97” (BRASIL, 1997).

Podemos concluir que as políticas neoliberais de educação ocorrem na direção da mercantilização e privatização de todo o sistema educacional público brasileiro. Corroboram para essa conclusão as recentes medidas adotadas pelo atual governo com a nova lei do ensino médio (Lei 13415/17), a reforma do ensino médio, já implementada na LDB e com a proposta de Emenda Constitucional 55, já aprovada na Câmara dos Deputados e em vias de ser aprovada no Senado Federal. Ela limita e congela os gastos públicos com educação nos próximos 20 anos.

Temos nesse cenário mais uma contradição. Como vamos aumentar a carga horária do ensino médio, o que certamente vai levar à dedicação exclusiva dos docentes desta etapa da educação básica, sem aumento de gastos que passa a ser limitado pela PEC-55?

3 A RELAÇÃO ENTRE ORGANISMOS SUPRANACIONAIS E EDUCAÇÃO BÁSICA BRASILEIRA

Dando sequência ao nosso trabalho, trataremos neste capítulo das relações entre os organismos supranacionais mais especificamente Unesco, OCDE e Banco Mundial com a educação básica brasileira, onde procuraremos entender os objetivos de tais relações. Para tanto utilizaremos os autores citados no capítulo 1 deste trabalho.

De acordo com Silveira (2012)

No século XIX Marx e Engels (2004) já apontavam para a internacionalização do conhecimento como processo concreto, decorrente da natureza tendencial do capitalismo de se expandir globalmente em busca de novos mercados, que engendra certo tipo de universalização da interdependência das nações na produção intelectual. (SILVEIRA, 2012, p.1)

Os organismos supranacionais citados acima são fundados no pós-segunda guerra mundial com objetivo de difundir a paz e promover a segurança, o bem estar social, do combate a pobreza e do combate as desigualdades no campo educacional mas como sabemos atuam como se fossem um partido político defendendo os interesses da burguesia.

Ainda segundo Silveira (2012)

Neste sentido, o papel dos organismos supranacionais, em geral e do BM, OCDE e UNESCO, em particular, e, mais recentemente, do MERCOSUL e da União Europeia, tem sido essencial na elaboração e difusão da ideologia desenvolvimentista e educativa em nível mundial. (SILVEIRA, 2012, p.4)

3.1 UNESCO: ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA.

Criada no ano de 1945 a UNESCO é um órgão da ONU que trata das questões educacionais, culturais e financeiras e que tem como um dos seus motes a universalização da educação básica em todos os países em que atua, sua aproximação com o Brasil se deu no período do governo militar mais

especificamente via acordo MEC-USAID que culminaram em uma reforma educacional implementada naquele período sob a égide da lei 5692/71.

Criada em novembro de 1945, logo após a segunda guerra mundial, com objetivo de garantir paz por meio da cooperação intelectual entre as nações, acompanhando o desenvolvimento mundial e auxiliando os Estados-membros – hoje são 193 países na busca de soluções para os problemas que desafiam nossas sociedades. É a agência das Nações Unidas que atua nas seguintes áreas de mandato: Educação Ciências naturais Ciências Humanas e Sociais, Cultura Comunicação e Informação. A Representação da UNESCO no Brasil foi estabelecida em 1964 e seu escritório em Brasília iniciou as atividades em 1972 tendo como prioridade a defesa de uma educação de qualidade para todos e a promoção de desenvolvimento humano e social (www.nacoesunidas.org às 18h45min de 16/03/2017).

Como podemos perceber a UNESCO foi criada no pós-segunda guerra mundial com o objetivo de promover a paz e a cooperação entre as nações, os países do bloco dominante chegaram a conclusão que era de suma importância a intervenção nos países periféricos, pois entendiam que iriam promover a paz via implantação de programas educacionais que levassem a população desses países uma educação dualista para que pudessem formar uma casta de intelectuais orgânicos que atuariam a favor de suas determinações e promoveriam o consenso desejado e uma educação que formasse para o trabalho simples, esta totalmente direcionada a classe trabalhadora e que tinha como objetivo principal “manter essa população viva e trabalhando, ainda que numa situação próxima da indigência” Roberto Leher. (1999)

No pós-guerra surgiu a guerra fria que dividiu o mundo em blocos sob a influência comunista da então URSS – União das Repúblicas Socialista Soviética e sob a influência capitalista dos EUA - Estados Unidos da América do Norte. Com isso, como já falamos no capítulo 1, foram instituídos no bloco ocidental vários programas de bem-estar social, com o claro objetivo de promover ações compensatórias principalmente no continente europeu.

No Brasil, a representação da UNESCO chegou em 1964 não por coincidência, 1964 foi ano em que se estabeleceu o Golpe Militar em nosso

país com a tomada do poder pelos militares, com o total apoio dos americanos, pois havia o temor que se instalasse nos países em desenvolvimento, onde a pobreza era vista como terreno fértil para as pregações comunistas a exemplo do que ocorreu em Cuba, uma república comunista o que seria inadmissível pelo governo americano. Logo após o golpe, o governo americano a título de cooperação e através de sua Agência de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado (USAID), formalizou a conhecido acordo MEC-USAID que promoveu uma ampla reforma na educação brasileira, com a renomeação dos cursos inserindo a nomenclatura de 1º grau para o ensino primário e 2º grau para o antigo científico, eliminou matérias como filosofia e educação política e inseriu matérias como Educação Moral e Cívica e OSPB e instituiu o sistema de créditos por período no ensino superior.

Uma série de acordos produzidos, nos anos 1960, entre o Ministério da Educação brasileiro (MEC) e a United States Agency for International Development (USAID). Visavam estabelecer convênios de assistência técnica e cooperação financeira à educação brasileira. Entre junho de 1964 e janeiro de 1968, período de maior intensidade nos acordos, foram firmados 12, abrangendo desde a educação primária (atual ensino fundamental) ao ensino superior. O último dos acordos firmados foi no ano de 1976. Os MEC-USAID inseriam-se num contexto histórico fortemente marcado pelo tecnicismo educacional da teoria do capital humano, isto é, pela concepção de educação como pressuposta do desenvolvimento econômico. Nesse contexto, a “ajuda externa” para a educação tinha por objetivo fornecer as diretrizes políticas e técnicas para uma reorientação do sistema educacional brasileiro, à luz das necessidades do desenvolvimento capitalista internacional. Os técnicos norte-americanos que aqui desembarcaram, muito mais do que preocupados com a educação brasileira, estavam ocupados em garantir a adequação de tal sistema de ensino aos desígnios da economia internacional, sobretudo aos interesses das grandes corporações norte-americanas. Na prática, os MEC-USAID não significaram mudanças diretas na política educacional, mas tiveram influência decisiva nas formulações e orientações que, posteriormente, conduziram o processo de reforma da educação brasileira na Ditadura Militar. Destacam-se a Comissão Meira Mattos, criada em 1967, e o Grupo de Trabalho da Reforma Universitária (GTRU), de 1968, ambos decisivos na reforma universitária (Lei nº 5.540/1968) e na reforma do ensino de 1º e 2º grau (Lei nº 5.692/1971). (www.histedbr.fe.unicamp.br às 20h45min de 16/03/2017)

Segundo a UNESCO:

No setor da educação a principal diretriz é auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos, promovendo o acesso e a qualidade da educação em todos os níveis e modalidades, incluindo a educação de jovens e adultos. Para isso, a organização desenvolve ações direcionadas ao fortalecimento das capacidades nacionais além de prover acompanhamento técnico e apoio à implementação de políticas nacionais de educação tendo sempre como foco a relevância da educação como valor estratégico para o desenvolvimento social e econômico dos países.

Na educação a principal diretriz é auxiliar os países membros a atingir as metas de Educação para Todos. Só essa frase já deixa claro os objetivos na educação da UNESCO, pois o EPT é uma iniciativa que visa a privatização do ensino público e promove uma educação de acordo com as exigências da divisão internacional do trabalho, ou seja, esse programa trouxe a “sociedade” para ajudar o Estado brasileiro a implementar as metas por ele estabelecido, mas na verdade transfere para essa “sociedade” através do Todos pela Educação, verbas do setor público que vão ser direcionadas para as O.S., OSCIP e instituições privadas, além de promover e estimular as secretarias estaduais e municipais de educação a comprar planos educacionais e projetos políticos pedagógicos de instituições privadas, as mesmas que apoiam o Todos pela Educação. Em suma, a UNESCO defende claramente os interesses dos países de capitalismo central, implementando através do consenso, políticas lesivas à educação brasileira em todos os níveis, utilizando para isso a sua influência como organismo supranacional em todas as instâncias de governo desde presidência da república até as prefeituras, passando por ministros de Estado, secretários estaduais e municipais de educação, através de reuniões e fóruns e colaborações promovidas e prestadas pela própria instituição.

3.2 BANCO MUNDIAL

O Banco Mundial foi criado na conferência de Bretton Woods em 1944 e seu objetivo inicial era a prestação de assistência técnica e financeira na reconstrução da Europa destruída durante a segunda guerra mundial.

De acordo com SILVEIRA (2012)

Tornando-se um dos instrumentos chave na difusão da ideologia da modernização e do desenvolvimento no pós segunda guerra. Inscrito no projeto de hegemonia econômica, política e cultural dos Estados Unidos , o BM, lado a lado com FMI, tinha até o final da década de 1960, um caráter eminentemente economicista, concedendo empréstimos ao setor de infraestrutura dos países. (SILVEIRA, 2012 p.19)

Na gestão McNamara (1968 – 1980) o banco incorpora iniciativas sociais e culturais adquirindo um caráter “humanitário de combate à pobreza”, segundo SILVEIRA, 2012 “A estratégia do Banco tal como as da OCDE e UNESCO, inclui um programa de estudos, conferências e assistência em áreas como desenvolvimento metropolitano, desenvolvimento do mercado, crime e violência, envelhecimento, qualidade do emprego e educação”.

Segundo o site do Ministério das Relações Exteriores:

O Banco Mundial é uma organização internacional que surgiu da Conferência de Bretton Woods (1944) para atender às necessidades de financiamento da reconstrução dos países devastados pela Segunda Guerra Mundial. O nome oficial da instituição criada em Bretton Woods era "Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento" (BIRD). A instituição, que se capitalizou a partir da venda de títulos ao mercado garantidos pelos países membros, mudou gradualmente seu foco para os países em desenvolvimento, muitos dos quais se tornaram nações independentes no pós-Guerra. A estrutura da organização tornou-se mais complexa e deu origem a outras instituições – que hoje conformam o grupo Banco Mundial – criadas para suprir demandas que o BIRD não podia atender. Em 1956, surgiu a Corporação Financeira Internacional (CFI), com o objetivo de promover a expansão do investimento privado nos países em desenvolvimento. Seguiu-se, em 1960, a criação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID), que tornou possível a concessão de empréstimos aos países mais pobres que não preenchiam as condições para aceder aos empréstimos concedidos pelo BIRD. Entre os países em desenvolvimento, o Brasil tem sido um

dos maiores doadores da AID. O Centro Internacional para Arbitragem de Disputas sobre Investimentos (CIADI) e a Agência Multilateral de Garantia de Investimentos (AMGI) foram criadas respectivamente em 1966 e 1988, dentro da perspectiva de alavancar o investimento estrangeiro nos países em desenvolvimento. O Banco Mundial tornou-se uma referência importante por suas análises e experimentos relacionados ao processo de desenvolvimento. A instituição já foi alvo de críticas, por financiar projetos que provocaram desastres ambientais ou desconsideraram impactos sociais. O Banco Mundial, entretanto, sofisticou seus procedimentos para elaboração, análise e seguimento dos projetos que financia. Para os mais pobres países em desenvolvimento do mundo, os planos de assistência do Banco são baseados em estratégias de redução da pobreza. O êxito econômico de muitos países em desenvolvimento, que hoje têm acesso a fontes de financiamento privado para seus investimentos, encorajou o Banco Mundial a reorientar seu foco priorizando os países mais necessitados. Temáticas como a proteção ao meio ambiente e a mudança do clima passaram a figurar com destaque na agenda da instituição. A estrutura organizacional do Banco Mundial assemelha-se à do FMI, com uma Assembleia de Governadores, onde o poder de voto é distribuído de acordo com a participação de cada país como garante do capital do Banco em caso de inadimplência, (algo que nunca ocorreu), e um Conselho de 25 Diretores, eleito a cada dois anos pelos 188 diretores. A Diretoria integrada pelo Brasil também representa os seguintes países: Colômbia, Equador Filipinas, Guyana, Haiti, República Dominicana, Suriname e Trinidad e Tobago. Em 2010, o poder de voto no Banco Mundial foi revisto para aumentar a voz dos países em desenvolvimento. Os países com maior poder de voto são, no momento, os Estados Unidos (com poder de veto), Japão, China, Alemanha, o Reino Unido, França, e Índia. Brasil, Coreia do Sul, Espanha, Índia, México e Turquia, dentre outros, obtiveram ganhos significativos. As diretrizes políticas do Banco Mundial são discutidas e aprovadas em reuniões bianuais (abril e outubro) de nível ministerial no âmbito do Comitê de Desenvolvimento. O Comitê é composto por 25 membros, refletindo a composição do Conselho de Diretores. (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/120-banco-mundial> às 19h25min em 19/03/2017).

Como podemos perceber vamos falar de mais uma instituição que surgiu depois da segunda guerra mundial, com o objetivo de combater a pobreza, elevar os níveis educacionais dos países em desenvolvimento e assim alcançar a paz, segundo Shiroma, Evangelista e Moraes (2007)

Essa é a dinâmica utilizada pelos países de capitalismo central para criar um ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo, mas quando pesquisamos mais a fundo vamos constatar que se trata de

um banco e como sabemos banco normalmente não perde dinheiro, assim sendo “ cada dólar que é emprestado pelo banco significa o retorno de 3 dólares para a economia americana e o movimento de mil dólares nessa mesma economia (Os arautos da Reforma e a consolidação do consenso, pag.61)

Assim, desde a sua criação, o Banco Mundial é um braço da política externa americana e no pós-segunda guerra foi utilizado na reconstrução dos países europeus e depois com advento da guerra fria como instrumento e controle dos países em desenvolvimento onde mudam a política militarista americana, por uma política com intervenções na educação, principalmente nos países latinos americanos, segundo Leher (1999)

As doutrinas, formas e métodos de propaganda foram desenvolvidos a partir da Agencia de Desenvolvimento Internacional do Departamento de Estado - USAID, o programa educacional e mais especificamente as ações de propaganda da Aliança para o Progresso foram utilizados para evitar que a população pobre dos países latina americana se encaminhasse para o comunismo. No ano de 1968 assume a presidência do banco o ex-secretário de defesa americano Robert McNamara que, como já falamos acima, passa a utilizar os programas educacionais como instrumento de controle. Segundo Berle, colaborador de Nelson Rockefeller, “na América Latina o campo de batalha é pelo controle da mente do pequeno núcleo de intelectuais, dos educados e dos semieducados. A estratégia é conseguir a dominação através dos processos educacionais”. (LEHER, 1999, p. 20)

Em face do exposto começamos a entender porque a reforma educacional instituída pelos militares via o acordo MEC-USAID, levou a nossa educação em direção da satisfação das exigências do mercado capitalista com formação de mão de obra para trabalho simples, uma vez que as determinações dos países de capitalismo central impediam e impedem que países de capitalismo periférico desenvolvam o seu campo de ciência e tecnologia, a ponto de se tornarem concorrentes, além de oferecer uma educação voltada para o consenso onde no lugar de conscientização há uma doutrinação capitalista que levou e leva a população a entender como boa para ela políticas que são na verdade altamente nocivas.

As estratégias para o Brasil dos organismos supranacionais nos fazem chegar a Jomtien nos anos 90 como integrantes de E9, o grupo de nove países com a maior taxa de analfabetismo, temos como companheiros Bangladesh, China, Egito, Índia, Indonésia, México, Nigéria e Paquistão. Os governos desses países, inclusive o do Brasil, assumem o compromisso de adotar as políticas educativas promovidas pelo Educação para Todos que, ao longo da década de 1990, realizou diversas reuniões de avaliação da situação, na época o quadro encontrado segundo SHIROMA (2000)

Foi de “100 milhões de crianças fora da escola e mais de 900 milhões de analfabetos” estamos falando de educação básica o objetivo estabelecido pelo Educação para Todos era universalizar a educação básica nesses 9 países e segundo. Essa educação básica deveria realizar as necessidades básicas de aprendizagem (NEBAS) de crianças jovens e adultos, esse conceito refere-se a: 1) a sobrevivência, 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades; 3) uma vida e um trabalho dignos; 4) uma participação plena no desenvolvimento; 5) a melhoria da qualidade de vida; 6) a tomada de decisões informadas; 7) a possibilidade de continuar aprendendo. SHIROMA (2000 p. 48)

Como podemos observar o que se oferece a esta população é uma educação básica suficiente apenas para que “vivam e trabalhem com dignidade”, nada de educação omnilateral ampla e conscientizadora.

3.3 OCDE - ORGANIZAÇÃO PARA COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A OCDE surge para substituir a OECE, organização criada com foco na recuperação da Europa no pós-guerra com objetivo de apoiar as ações do plano Marshal, deixando de ser uma organização com atuação restrita a Europa e passa a atuar em diversos países do mundo com o objetivo da elevação de taxas de emprego. Segundo Silveira (2012) “Seus trabalhos sobre

educação estão estreitamente ligados à ação governamental, particularmente, nos setores da economia e emprego com foco na formação do capital humano” SILVEIRA (2012, p.14)

Segundo o Ministério das Relações Exteriores a:

OCDE constitui foro composto por 35 países, dedicado à promoção de padrões convergentes em vários temas, como questões econômicas, financeiras, comerciais, sociais e ambientais. Suas reuniões e debates permitem troca de experiências e coordenação de políticas em áreas diversas da atuação governamental. Entre as várias organizações que atuam e influenciam a realidade dos Estados, empresas e organizações internacionais, a OCDE representa uma das maiores em termos numéricos. Cerca de 200 comitês, grupos de trabalho e forças tarefa recebem mais de 40.000 funcionários de governo, membros da sociedade civil, instituições de pesquisa e representantes do setor privado em mais de 2.000 reuniões anuais. Seu Secretariado, composto por 2.500 funcionários, publica aproximadamente 250 documentos por ano e administra um orçamento de mais de 342 milhões de euros. A OCDE busca coordenar definições, medidas e conceitos, o que contribuiria para a comparação entre países que enfrentam problemas similares. Ademais de fomentar a formação de enfoques comuns para políticas públicas, essas características permitem à OCDE tratar de temas controversos, de definição difícil em organismos de vocação universal, como as Nações Unidas e na OMC. Diversos países em desenvolvimento têm buscado aderir à OCDE. Para esses países, o ingresso na organização equivaleria à obtenção de um "selo de qualidade", que poderia estimular investimentos e a consolidação de reformas econômicas. A cooperação do Brasil com a OCDE teve início na década de 1990. Nos últimos anos, a relação bilateral beneficiou-se da decisão tomada pela Organização de estreitar os contatos com cinco países emergentes selecionados (África do Sul, Brasil, China, Índia e Indonésia), os chamados "Key Partners". Hoje, praticamente todos os Ministérios e muitos órgãos da administração pública federal e estadual no Brasil estão, de alguma forma, envolvidos na cooperação com a Organização. O Governo brasileiro tem participado de cerca de 36 instâncias da organização, como "associado", "participante" ou "convidado", e já aderiu a 26 Recomendações e outros instrumentos da Organização. Em junho de 2015, o Brasil e a OCDE assinaram um acordo de cooperação, que permitirá aprofundar e sistematizar o relacionamento bilateral. O acordo institucionaliza a participação brasileira em diversos foros da OCDE e estabelece mecanismos para a definição de linhas de trabalho futuras. (<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15584-o-brasil-e-a-ocde> às 15h30min de 26/03/2017).

Na educação, a face mais visível da OCDE é o PISA (Programa Internacional de avaliação de estudantes) que tem como objetivo avaliar os estudantes de 15 anos nas seguintes matérias: Ciências, Matemática, Leitura, resolução de problemas colaborativos e alfabetização financeira e por conta do PISA foram instituídos em nosso país vários outros sistemas de avaliação que visam a preparação de nossos estudantes de níveis que vão da educação básica ao ensino superior. Podemos citar no Rio de Janeiro o SAERJ – Sistema de Avaliação da educação do Estado do Rio de Janeiro, estudantes do 5° ao 9° ano do ensino fundamental, que atualmente passa por reformulação; o IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica e o ENADE – Exame Nacional de desempenho de Estudantes com foco na avaliação de desempenho dos estudantes concluintes de graduação. Criamos por conta desses exames uma cultura de preparação de nossos estudantes para que produzam respostas para esses testes de avaliação, o que acaba desviando a formação educacional de uma formação mais ampla. Além disso, a OCDE usa largamente a Teoria do Capital Humano, muito usada e difundida pelos EUA e que chega ao Brasil na década de 1970, tendo como um dos seus principais formuladores Theodore Schultz, que traz a educação como fator de crescimento econômico, ou seja, quanto mais indivíduos e nações investem em educação maiores são suas chances de crescimento econômico. Segundo Silveira (2011)

A questão da educação como fator determinante do crescimento econômico assume estatuto de legitimação científica e econômica, dado o clima de euforia que marcava a expansão dos sistemas educativos no final dos anos 1960 e início dos anos 1970. Definido como um fator que reúne a saúde física e mental do indivíduo, talentos individuais inatos, habilidades e competências adquiridas pela educação formal, não formal e ainda pela capacitação em serviço, o conceito de capital humano encontra boa acolhida em programas internacionais como a UNESCO e o Banco Mundial, tornando-se central para a padronização das estratégias de modernização e desenvolvimento econômico, a partir dos anos de 1970. (SILVEIRA, 2011, p.196)

Como podemos perceber, a UNESCO também tem influência no campo educacional no sentido de adequar a educação dos países de capitalismo central e periférico a corresponder as necessidades da divisão internacional do trabalho, determinando via consenso que educação as populações desses países irão receber em todos os níveis e sistemas educacionais. Fica claro esse tipo de influência quando pesquisamos a respeito das determinações que outros organismos supranacionais reservam para países como o Brasil, veremos que há total convergência nas políticas educacionais “sugeridas” por Banco Mundial, UNESCO e OCDE.

4 A REDE DO PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS DA UNESCO (REDE-PEA)

Este capítulo tem como objetivo mostrar como se organiza a Rede de Escolas em torno de projetos vinculados às temáticas anuais que são propostas pela UNESCO, bem como os interesses declarados e os não-declarados da referida UNESCO sob a justificativa de que “a guerra nasce na mente dos homens, e é lá que deve ser combatida”.

4.1 A REDE-PROGRAMA DE ESCOLAS ASSOCIADAS À UNESCO (REDE-PEA): ORIGEM E FINALIDADES DE UM MOVIMENTO DE PRODUÇÃO DO CONSENSO

Pelo que podemos constatar, via pesquisa em sites e visitas às escolas associadas, que a Rede-Programa das Escolas Associadas à UNESCO (Rede-PEA) é uma rede de instituições de ensino, que reúne cento e oitenta países, tendo como objetivo formar a consciência, de crianças e jovens, em torno de uma sociedade coesa, capaz de promover o desenvolvimento sustentável.

Criada no ano de 1953, sob o mote necessidade de criar a “Cultura da paz”, pois havia pouco tempo que o mundo saíra da II Guerra, a Rede-PEA é coordenada, em nível internacional, por uma equipe sediada na UNESCO, em Paris; em nível nacional, a Comissão Nacional para a Unesco, de cada país, designa o coordenador responsável pelas atividades a serem desenvolvidas pela rede de instituições de ensino do Estado-Nação.

A Rede-PEA torna-se mecanismo de divulgação de competências e uso de temas de ensino e aprendizagem ditos inovadores e participativos em áreas temáticas específicas, escolhidos pela equipe da sede da UNESCO, de modo a diretores de escolas, professores e outros profissionais da educação, estudantes, pais e responsáveis de aluno, incorporarem valores, hábitos e costumes. Colabora, assim, para a construção do consenso em torno da manutenção e funcionamento do sistema capitalista, posto que a finalidade da Rede-PEA é a de que cada sujeito da escola associada torne-se um modelo de

competências, valores, hábitos e costumes, a ser seguido para além dos muros da escola.

Figura nº 1- Elementos comuns da cidadania mundial



Fonte: Guia do Professor – UNESCO (2017)

Concordamos com Silveira (2015; 2016) quando analisa, com Antonio Gramsci, René Dreiffus, entre outros autores, o Banco Mundial, OCDE e UNESCO evidencia que se tratam de organismos supranacionais, que ao apoiarem-se uns nos outros para fazer valer os projetos de sociedade e de educação interessados ao funcionamento do sistema capitalista, são também elementos de um mesmo partido político. O partido político, em Gramsci, “é a primeira célula na qual se aglomeram germes da vontade coletiva, que tendem a se tornar universais e totais”. (Cadernos do Cárcere, 8 1931).

A Rede-PEA tem como objetivo principal formar, em nível internacional, uma consciência única em torno de que não há outra alternativa a ser o desenvolvimento sustentável da sociedade capitalista. Isto é, a Rede-PEA ao se apresentar como responsável pelo movimento da reforma intelectual, moral e cultural de todos os cidadãos, em nível internacional, dando-lhe uma direção política, pode ser entendida não só como um intelectual coletivo, mas também como partido político.

Para tanto, a Rede-PEA promove conferências e seminários, disponibiliza uma plataforma para acesso de diretores e professores, elabora e

publica materiais instrucionais e possui uma página na Rede do Facebook, disponível em: <https://www.facebook.com/pg/PEAUNESCORJ/>

4.2 A REDE-PEA NO BRASIL

O Brasil é um dos países signatários da criação do PEA, entretanto sua participação na Rede-PEA tem como marco o ano partir de 1997, quando foi criada Coordenação Nacional, com sede no Rio de Janeiro. Myriam Tricate, diretora do Colégio Magno/Mágico de OZ, coordena o Programa de 887 escolas, em nível nacional, desde o ano de 2007.

Estas 887 escolas, pertencentes à rede-PEA, estão distribuídas segundo o nível e modalidade de ensino: são 5 (cinco) de formação docente; 26 (vinte e seis) de formação técnico-profissional; 118 (cento e dezoito) de educação infantil; 262 (duzentas e sessenta e duas) de instituições que oferecem desde a educação infantil até o nível médio da educação básica; 36 (trinta e seis) de educação infantil e ensino fundamental; 194 (cento e noventa e quatro) de ensino fundamental; 202 (duzentas e duas) de ensino fundamental e médio; e, 44 (quarenta e quatro) de ensino médio.

De modo a atingir os objetivos da Rede-PEA de formação de uma cidadania coesa, em nível internacional, as escolas se comprometem a realizar projetos multidisciplinares vinculados com a paz e os direitos humanos, o desenvolvimento sustentável, a cidadania mundial e aprendizagem intercultural. A cada ano a UNESCO lança um tema a ser desenvolvido por meio dos projetos multidisciplinares, tais como ano internacional da água, ano internacional do meio ambiente, ano internacional da leguminosa, ano internacional da luz, ano internacional da agricultura familiar e etc...

Cada escola associada recebe um certificado internacional de escola membro, tendo o direito de utilizar a logomarca do PEA e do Ano Internacional em vigor nos murais e fachada da escola. O certificado funciona como se fosse um carimbo de qualidade que a escola passa a estampar de modo a atrair crianças, jovens e adultos em busca da educação e formação de qualidade. Nas escolas particulares podemos notar que o programa é utilizado para

mostrar uma certificação internacional para a comunidade, o que certamente confere alguma qualidade ao estabelecimento educacional. “Esse selo da UNESCO mostra credibilidade e significa que a escola associada é de qualidade, bem se eu tenho esse selo na minha escola é porque nós passamos por uma triagem que nos permite usar o mesmo” (Gestor/coordenador de uma escola pública pesquisada em SP, (2009)

Figura nº 2



Fonte: UNESCO

As escolas recebem periodicamente materiais publicados pela Unesco e são incentivadas a participar de concursos internacionais lançados com frequência pela Unesco e outras instituições a ela ligadas.

O principal benefício, porém, é participar de uma comunidade que trabalha pelo mesmo objetivo, troca informações, compartilha projetos e ideais. Isso catalisa os esforços e repercute positivamente nas escolas, que podem ampliar o trabalho pela cultura da paz, em todas as suas formas (UNESCO, ANO 2016).

Segundo a UNESCO no Brasil a Rede- PEA é composta por 887 escolas sendo:

- Instituição de formação de professores 5
- Instituição profissional e técnica 26
- Pré-primário 118
- Pré-escolar, através secundário 262

- Pré-primário / primário 36
- Primária 194
- Primário / secundário 202
- Secundário 44

Fonte: UNESCO: <https://aspnet.unesco.org/es-es/Lists/Schools/AllItems.aspx>

Esta pesquisa, além da análise documental, teve como campo empírico o Colégio Pedro II, nas unidades Mal Floriano e Barreto; o Instituto Gay Lussac, em Niterói, no bairro de São Francisco; o CIEP Amilcar Cabral e a Escola Municipal Orsina da Fonseca.

No Colégio Pedro II onde não fui bem sucedido em nenhuma das duas unidades visitadas, na primeira unidade no bairro Barreto, cidade de Niterói, a pedagoga que, a princípio marcou uma visita, posteriormente desmarcou a entrevista e na segunda me foi solicitado que enviasse um e-mail com as perguntas, o que fiz no mesmo dia, porém não obtive resposta. No Instituto Gay Lussac, onde também ficaram de confirmar a entrevista, não o fizeram. Mas, as duas escolas possuem o logotipo de membro das Escolas Associadas da UNESCO no saguão de entrada. Surge uma questão, que no tempo desta pesquisa não foi possível respondê-la: por que as diretores/coordenadores do Colégio Pedro II e do Instituto Gay Lussac foram omissivos?

Na Escola Municipal Ciep Amilcar Cabral ao buscar informações e os motivos pelos quais a escola se tornou membro associado do PEA, as seguintes informações:

O programa serve apenas para lhe fornecer uma logo (sic) para ficar exposta na escola. Aqui somos uma escola de comunidade e precisamos recorrer aos comerciantes da área para comprar uma resma de papel ou material de limpeza; em ano de olimpíada não sobra nada para escola. Fui a uma reunião do PEA e eles deixaram claro que não forneceriam nenhum recurso a não ser quando a atividade proposta pelo Programa exigisse, caso contrário não teríamos acesso a nenhum recurso material (Gestora da escola, ano 2016).

Na escola Municipal Orsina da Fonseca, tive um relato totalmente oposto ao da primeira escola municipal visitada. Em entrevista com a diretora pude constatar que esse Programa para ter alguma influência na escola associada depende diretamente da ação da gestora responsável pela escola. Só quando há interesse da direção, é que os temas propostos são colocados em prática. Nesta escola, diferentemente da outra municipal, havia um comprometimento da direção com o Programa o que lhe dá um certo destaque Rede- PEA/UNESCO.

Foi possível verificar que, no currículo da EM Orsina da Fonseca estão inseridas disciplinas eletivas como robótica e educação ambiental. Entretanto, a maior ênfase está na disciplina de robótica, o que levou uma das professoras da escola a participar de um evento de educação tecnológica realizado no Catar, em 2015.

Por ser um membro das escolas associadas da UNESCO, a referida escola promoveu o 1º Seminário em Educação para o Desenvolvimento Sustentável. Nesta ocasião, meu campo empírico se ampliou com a participação como ouvinte convidado pela diretora Sra Kátia, no seminário citado acima.

Figura nº 3



A programação do evento se deu em três momentos:

1º Momento – A proposta de trabalho desenvolvido no Ginásio Carioca Orsina da Fonseca.

2º Momento – As parcerias que fortalecem as propostas da unidade escolar.

3º Momento – Educação para o desenvolvimento sustentável: PEA/UNESCO e Parceiros.

A Escola Municipal Orsina da Fonseca foi fundada em 1898 e recebe este nome em homenagem a esposa do Marechal Hermes da Fonseca. Em 1930, recebe o nome de Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca que hoje integra a rede Ginásio Experimental Carioca, como modelo de instituição que desenvolve suas atividades pedagógicas com base nos quatro pilares da educação, lançado pela UNESCO, no ano de 1996, publicados no Relatório Jaques Dellors – Educação um Tesouro a Descobrir;

Como integrante da Rede PEA a Escola Municipal Orsina da Fonseca desenvolve várias atividades entre elas podemos destacar a matéria eletiva sobre robótica que a levou a participar de um encontro promovido pela UNESCO no Catar.

Embora no Seminário fosse afirmado que, os quatro pilares da educação – aprender a conhecer, aprender a ser, aprender a conviver, aprender a fazer – estariam relacionados à formação do sujeito social, trata-se de uma proposta neoliberal e, portanto, individualista de educação que responsabiliza o estudante pelo seu sucesso ou fracasso escolar e social, concordamos com Duarte quando este afirma:

Não discordo da afirmação de que a educação escolar deva desenvolver no indivíduo a capacidade e a iniciativa de buscar por si mesmo novos conhecimentos, a autonomia intelectual, a liberdade de pensamento e de expressão. Mas o que estou aqui procurando analisar é outra coisa: trata-se do fato de que as pedagogias do “aprender a aprender” estabelecem uma hierarquia valorativa na qual aprender sozinho situasse num nível mais elevado do que a aprendizagem resultante da transmissão de conhecimentos por alguém. Ao contrário desse princípio valorativo, entendo ser possível postular uma educação que fomente a autonomia intelectual e moral através justamente da transmissão das formas mais elevadas e desenvolvidas do conhecimento socialmente existente. (Duarte, 2001, p.36)

Segundo o portal Rioeduca, da Secretaria de Educação do município do Rio de Janeiro, o Programa Ginásio Experimental Carioca é um novo modelo de ensino, a ser seguido por 250 escolas de segundo segmento do ensino fundamental (6º ao 9º ano).

Implantado pela Secretaria Municipal de Educação em 2011, o programa é sustentado em três eixos – excelência acadêmica, apoio ao projeto de vida do aluno e educação para valores, conta com uso das novas tecnologias e de materiais didáticos estruturados por apostilas de conteúdo e exercícios e já mostra resultados, diminuindo a defasagem idade/série e a evasão escolar. Além disso, dentro desse novo programa, os professores e alunos contam com mais uma ferramenta de ensino, a Educopédia, uma plataforma de aulas digitais de cada disciplina, com material de suporte aos professores, planos de aula, jogos pedagógicos e vídeos (Rioeduca 2016)

Nessas unidades, os alunos estudam em horário integral, têm mais tempos de aulas de Português, Matemática, Ciências e Inglês, contam com salas temáticas e com professores em dedicação exclusiva e têm uma biblioteca com acervo atraente e adequado aos adolescentes. Pelo projeto, os alunos são acompanhados por um professor tutor, que os auxilia na construção de um projeto de vida.

No terceiro momento, intitulado Educação para o desenvolvimento sustentável: PEA/UNESCO e PARCEIROS participou em uma roda de conversa o Diretor do Observatório Nacional, duas representantes do Consulado Americano, a professora de robótica, a gerente de ensino da 2º CRE e a diretora da EM Orsina da Fonseca.

A Adida Cultural Beata Angelica, uma das representantes do Consulado Americano, falou sobre a preocupação do governo dos EUA com a universalização da educação básica, o oferecimento de educação de qualidade a todos, a prioridade que deve ser dada ao ensino de inglês por se tratar de uma língua tida como universal e as necessidades básicas de aprendizagem (NEBAs) preconizadas pela UNESCO desde a Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em Jomtien, Tailândia, no ano de 1990.

As NEBAs compreendem tanto os instrumentos essenciais para a aprendizagem (como a leitura e a escrita, a expressão oral, o cálculo, a solução

de problemas), quanto os conteúdos básicos da aprendizagem (como conhecimentos, habilidades, valores e atitudes), necessários para que os seres humanos possam sobreviver, desenvolver plenamente suas potencialidades, viver e trabalhar com dignidade, participar plenamente do desenvolvimento, melhorar a qualidade de vida, tomar decisões fundamentadas e continuar aprendendo. A amplitude das necessidades básicas de aprendizagem e a maneira de satisfazê-las variam segundo cada país e cada cultura, e, inevitavelmente, mudam com o decorrer do tempo (UNESCO, 1990).

No capítulo II do livro política educacional Eneida Shiroma descreve o compromisso assumido pelos países na Conferência de Jomtien.

Como foi acenado, o projeto difundiu a ideia de que a educação deveria realizar as necessidades básicas de aprendizagem (nebas) de crianças jovens e adultos. Sendo elas valores e atitudes indispensáveis ao sujeito: 1) a sobrevivência, 2) o desenvolvimento pleno de suas capacidades, 3) uma vida e um trabalho dignos, 4) uma participação plena no desenvolvimento, 5) a melhoria da qualidade de vida, 6) a tomada de decisões informadas; 7) a possibilidade de continuar aprendendo. Shiroma (2000 p.49).

Além disso, a Adida Cultural americana ressaltou a necessidade de se conter o processo de negação de que são vítimas as pessoas do sexo feminino, ressaltando que o PEA deve dar prioridade a essa questão. Isto quer dizer que as oito Metas do Milênio não foram atingidas, pelo menos na sua totalidade.

Realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU) e estabelecida em setembro de 2002, a Declaração do Milênio ratificada pelos 191 chefes de Estados, membros das Nações Unidas, manifestava o compromisso de até o ano de 2015 consolidar as oito Metas do Milênio. Sendo elas: Erradicar a extrema pobreza e a fome; Atingir o ensino básico universal; Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; Reduzir a mortalidade infantil; Melhorar a saúde materna; Combater o HIV/AIDS, a malária e outras doenças; Garantir a sustentabilidade ambiental; Estabelecer uma parceria mundial para o desenvolvimento.



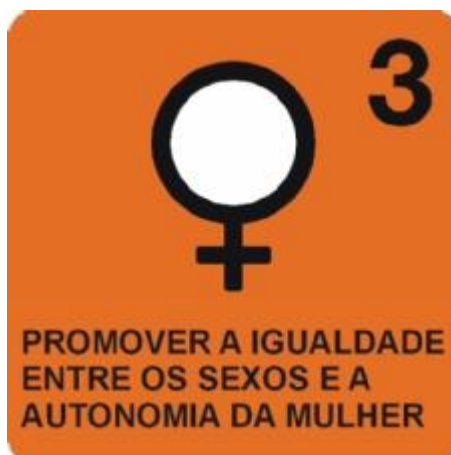
Perspectiva em reduzir pela metade até 2015 a proporção de populações com renda inferior a um dólar por dia e que sofrem com a fome. Sendo a pobreza a causadora da fome e também sua consequência. Para romper com essa concepção faz-se necessário unir toda sociedade para que através de políticas como a garantia a condições básicas para a sobrevivência será possível viver sem fome e sem pobreza.

Em 2015, ainda tínhamos 30 milhões de crianças abaixo do peso na Ásia e na África.



Garantir até o ano de 2015, educação de qualidade para todas as populações e conclusão do ensino básico para todas as crianças, de ambos os sexos. Dessa forma, é notória a ausência de direito à educação básica de qualidade (muitas crianças do sexo masculino e feminino não chegam a sequer completarem o ciclo básico).

Em 2015, mais de 100 milhões de crianças em idade escolar continuavam fora da escola. A maioria são meninas que vivem no sul da Ásia e na África Subsaariana. Na América Latina e no Caribe, segundo o UNICEF, crianças fora da escola somam 4,1 milhões.



A terceira meta consiste na eliminação da disparidade entre os sexos (masculino e feminino), uma vez que a história exhibe panoramas em que as mulheres não tinham e continuam não tendo seus direitos e deveres considerados ou até mesmo a não existência destes. A autonomia das mulheres é outro fator a ser considerado, visto a não incapacidade das mesmas nos campos político, econômico, social, dentro outros.

No norte da África a melhora foi insignificante: um em cinco trabalhadores nestas regiões é do sexo feminino e a proporção não muda há 15 anos.



Objetiva que até 2015, dois terços da mortalidade de crianças menores de cinco anos sejam reduzidos. Para diminuir esse agravante dependerá da utilização de diversos meios, seja através de recursos ou de políticas e programas dirigidos para essas crianças, às famílias e as comunidades a fim de possibilitar melhores condições de vida para todas essas populações.

Quase 11 milhões de crianças ao redor do mundo ainda morrem todos os anos antes de completar cinco anos. A maioria por doenças evitáveis ou tratáveis: doenças respiratórias, diarreia, sarampo e malária. A mortalidade infantil é maior em países que têm serviços básicos de saúde precários.



Redução em três quartos da taxa de mortalidade materna prevista até 2015, com o intuito de melhorar e das condições para que as gestantes possam receber auxílio médico (sendo fundamentais profissionais qualificados na hora do parto e um ambiente adequado para o mesmo) durante toda a gestação e, por conseguinte, atinjam os requisitos propícios para uma gravidez em que o bebê não morra ou nasça com alguma deficiência. Além do combate a mortalidade por câncer de mama e de colo de útero.

Existem sinais de progresso mesmo em áreas mais críticas, com mais mulheres em idade reprodutiva ganhando acesso a cuidados pré-natais e pós-natais prestados por profissionais de saúde. Os maiores progressos verificados são em países de renda média, como o Brasil.



Até o ano estipulado pela Declaração do Milênio, deter a propagação do HIV/AIDS e garantir o acesso universal ao tratamento dos soropositivos. Como também a estagnação e o auxílio aos indivíduos infectados pela malária, tuberculose e hanseníase. Vistas como problemas significativos nas populações mundiais atuais e que apenas com políticas preventivas que se apresenta capaz de combatê-las.

Houve avanços importantes e o monitoramento progrediu. Mesmo assim, só 28% do número estimado de pessoas que necessitam de tratamento o recebem. A malária mata um milhão de pessoas por ano, principalmente na África. Dois milhões morrem de tuberculose por ano em todo o mundo.



Questões como o desperdício de água, o desmatamento e o excesso produzido de lixo são alguns dos inúmeros problemas enfrentados pela humanidade ultimamente. É através desta, que a oitava meta visa promover o

desenvolvimento sustentável, redução na perda de diversidade biológica em numa proporção significativa (metade dos casos). Ademais, esse presente objetivo busca possibilitar o acesso de água potável e saneamento básico a todas as comunidades.

A meta de reduzir em 50% o número de pessoas sem acesso à água potável deve ser cumprida, mas a de melhorar condições em favelas e bairros pobres está progredindo lentamente.



Estabelecer um desenvolvimento comercial e financeiro sem a especulação de discriminação de alguma nação minoritária. Sendo assim, necessário o tratamento universal das dívidas dos países em desenvolvimento ou subdesenvolvidos a fim de torná-los Estados acessíveis aos benefícios das novas tecnologias (em especial ao acesso de informações e de comunicações). A formulação e execução de estratégias que ofereçam trabalho digno e produtivo aos jovens aparecem como um fator importante nesse contexto.

Os países pobres pagam a cada dia o equivalente a US\$ 100 milhões em serviço da dívida para os países ricos. Fonte: Febrace 30/09/2015.

É possível apreender que a Rede-PEA da UNESCO, em seus 64 anos de atividades, articula-se de tal modo aos interesses da classe dominante no poder, que sua perspectiva holística de formação da consciência cidadã, em nível internacional, e do desenvolvimento sustentável, não vai além da NEBAs. No Brasil, em particular, o PEA acaba por voltar-se aos interesses do movimento empresarial em torno da educação nos níveis fundamental e médio.

5 CONCLUSÃO

A burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, e por conseguinte todas as relações sociais. A conservação inalterada de antigos modos de produção era a primeira condição de existência de todas as classes industriais anteriores. A transformação contínua da produção, o abalo incessante de todo o sistema social, a insegurança e o movimento permanentes distinguem a época burguesa de todas as demais. As relações rígidas e enferrujadas, com suas representações e concepções tradicionais, são dissolvidas e as mais recentes tornam-se antiquadas antes que se consolidem. "Tudo o que era sólido desmancha no ar, tudo o que era sagrado é profanado, e as pessoas são finalmente forçadas a encarar com serenidade sua posição social e suas relações recíprocas". (Marx e Engels – Manifesto do Partido Comunista Pag. 13 e 14).

Podemos constatar o quanto esta citação reflete a realidade, desde o surgimento da propriedade privada dos meios de produção e com isso a divisão de classes sociais, que se mantém até aos nossos dias, a classe burguesa vem mantendo a sua hegemonia sobre a classe trabalhadora e por meio da persuasão na maioria dos casos a política educacional que lhe interessa.

As pesquisas e as entrevistas a desvelar a relação os organismos supranacionais e a educação de nosso país, pois que além dos temas mencionados anteriormente, o PEA também levanta bandeiras de interesses da classe trabalhadora, promovendo debates sobre desigualdades sociais, degradação do meio ambiente, exclusão, racismo, fome, desemprego e analfabetismo. Por detrás não apenas dessas bandeiras, mas também de orientações e recomendações encontra-se

O interesse de longo prazo da burguesia na manutenção do poder político: manutenção da política macroeconômica, redução do antagonismo entre capital e trabalho, (con) formação para o trabalho explorado e alienado, bem como administração dos conflitos intraburgueses. Reconhecendo as desigualdades econômico-sociais, educacionais, tecnocientíficas dos diferentes Estados-Nações, e delas partindo, os organismos supranacionais buscam combiná-las e integrá-las em suas particularidades e contradições, impulsionando o desenvolvimento desigual e combinado da sociedade capitalista, cuja tática se desvela no movimento e realização internos do telos da estratégia (SILVEIRA, 2012, p. 4).

Os países de capitalismo centrais determinam as práticas e políticas a serem adotadas pelos organismos supranacionais: UNESCO, OCDE e BANCO MUNDIAL e são através deles que estes países colocam seus interesses em pauta para os países de capitalismo periféricos, e isso via políticas de consenso, ou seja, políticas que mesmo sendo prejudiciais as camadas mais pobres da população brasileira, lhes são impostas sob o manto do benefício que levam essa população a acreditar que são políticas que lhes trarão algum benefício, mas sabemos que são políticas que defendem apenas os interesses do capital.

No campo educacional elas são determinadas de acordo com os interesses da divisão internacional do trabalho, sendo assim teremos em nosso país uma educação para formar uma camada de intelectuais orgânicos burgueses, aqueles que vão defender os interesses do capital e uma educação para formar o trabalhador que também terá os seus intelectuais orgânicos. O intelectual orgânico segundo Gramsci “Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria para si organicamente uma ou mais camadas de intelectuais que lhe dão homogeneidade consciência da própria função” (Cadernos do Cárcere, Vol. 2 pag. 15).

Assim o PEA, através de seus projetos anuais vem promovendo a educação que contempla a classe trabalhadora com a satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, coincidente com a educação preconizada pelo Programa Educação para Todos.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFICAS

BANCO MUNDIAL. Prioridades e Estratégias para a Educação, 1990

BOITO Jr., Armando. A Hegemonia Neoliberal no Governo Lula, p.1 (2007)

COUTINHO, Carlos Nelson. Antonio Gramsci Cadernos do Cárcere Vol 2. Editora Civilização Brasileira – Rio de Janeiro 2014

EVANGELISTA, Olinda e **LEHER,** Roberto. Todos pela Educação e o episódio Constin no Mec: A pedagogia do capital em ação na política educacional brasileira. Revista Trabalho Necessário ano 10 n. 15. 2002 Disponível em <http://www.uff.br/trabalhonecessario> acesso em 21/05/2017

LEHER, Roberto. Um novo senhor da educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, n. 1, p. 19-30, 1999. Disponível em <http://boletimef.org/biblioteca/185/Leher-Artigo> acesso em 25/05/2017

MARTINS, André Silva e **NEVES,** Lúcia Maria Wanderley. Educação Básica: Tragédia Anunciada. Editora Xamã Rio de Janeiro 2016

MARX, Karl e **ENGELS,** Friedrich. Manifesto do Partido Comunista. Editora Expressão Popular – São Paulo 2008

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do Trabalho Científico. Editora Cortez Editora, São Paulo 2002

SHIROMA, Eneida Oto, **MORAES,** Maria Célia Marcondes e **EVANGELISTA,** Olinda. Política Educacional. Editora Lamparina Rio de Janeiro 2007

SILVEIRA, Zuleide Simas Concepções de Educação Tecnológica na Reforma do Ensino Superior finalidades, continuidades e rupturas (1995-2010) –

SILVEIRA, Zuleide Simas Estudo comparado Brasil e Portugal disponível em: <http://marxismo21.org/wp-content/uploads/2015/07/TESE-FINAL-Zuleide-Silveira.pdf>

<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/15584-o-brasil-e-a-ocde>

<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/3862/11/innova.front/en-pocas-palabras>

<http://www.edu.mercosur.int/pt-BR/mercosul-educacional/instancias.html>

<http://www.histedbr.fe.unicamp.br>

<http://www.naçõesunidas.org>

<http://educacao.faber-castell.com.br/professores/trocando-ideias/declaracao-mundial-sobre-educacao-para-todos-satisfacao-das-necessidades-basicas-de-aprendizagem/>

<http://portal.mec.gov.br/par/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12928-educacao-a-distancia>

<http://www.peaunesco.com.br>

<https://14minionuunaid2001.wordpress.com/2013/04/26/as-oito-metas-do-milenio/> às 18hs do dia 15/05/2017)

https://www.ebiografia.com/karl_marx/ em 03/06/2017 às 8h30 min